

USO DE TECNOLOGIAS DIGITAL NA GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DA UNIFIMES PROCEDENTES DA PANDEMIA DO COVID-19

USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN PEDAGOGICAL AND ADMINISTRATIVE MANAGEMENT AT UNIFIMES ARISING FROM THE COVID-19 PANDEMIC

Juliane Rezende Cunha 1
Marilaine de Sá Fernandes 2
Reuber da Cunha Luciano 3

Resumo: O ano de 2020 foi marcado por um evento inesperado e de proporções avassaladoras: a pandemia do COVID-19. As consequências foram sentidas em todos os âmbitos da sociedade, impactando drasticamente a vida das pessoas e paralisando diversas atividades. A educação não foi exceção: calendários escolares foram profundamente alterados e as atividades presenciais precisaram ser suspensas, exigindo rápidas adaptações para um novo cenário. As instituições de ensino superior (IES) foram lançadas em um mar de incertezas, obrigadas a repensar seus modelos pedagógicos, estruturas administrativas e relações com a comunidade acadêmica e externa. Neste contexto, este estudo propôs analisar os impactos do uso de tecnologias digitais na gestão pedagógica e administrativa da UNIFIMES procedentes da pandemia do COVID-19, explorando as mudanças, os desafios, as lições aprendidas e as perspectivas para o futuro. Como metodologia, este estudo adotou uma pesquisa qualitativa envolvendo a análise de documentos oficiais como pareceres, resoluções, portarias e leis federais, estaduais e municipais, assim como da Instituição. A pandemia do COVID-19 teve um impacto significativo na UNIFIMES, tanto na gestão acadêmica quanto na administrativa. A instituição precisou se adaptar rapidamente a um novo cenário, implementando medidas para garantir a continuidade do ensino e a segurança de sua comunidade. A instituição se comprometeu com a oferta de um ensino de qualidade, com a promoção da saúde mental da comunidade acadêmica e com um atendimento de excelência para o público externo.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ensino Remoto. Home Office. Serviços Digitais. Saúde Mental.

Abstract: The year 2020 was marked by an unexpected event of overwhelming proportions: the COVID-19 pandemic. The consequences were felt in all areas of society, drastically impacting people's lives and paralyzing various activities. Education was no exception: school calendars were profoundly changed and face-to-face activities had to be suspended, requiring rapid adaptations to a new scenario. Higher education institutions (HEIs) were thrown into a sea of uncertainty, forced to rethink their pedagogical models, administrative structures and relationships with the academic and external community. In this context, this study proposed to analyze the impacts of the use of digital technologies in the pedagogical and administrative management of UNIFIMES resulting from the COVID-19 pandemic, exploring the changes, challenges, lessons learned and perspectives for the future. As a methodology, this study adopted qualitative research involving the analysis of official documents such as opinions, resolutions, ordinances and federal, state and municipal laws, as well as those of the Institution. The COVID-19 pandemic had a significant impact on UNIFIMES, both in academic and administrative management. The institution needed to quickly adapt to a new scenario, implementing measures to ensure the continuity of teaching and the safety of its community. The institution is committed to offering quality education, promoting the mental health of the academic community and providing excellent service to the external public.

Keywords: Higher Education. Remote Teaching. Home Office. Digital Services. Mental health.

1 - Pós-Graduandas em Tecnologias Digitais na Educação, Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES. Mineiros/GO, 2024. Email: juliane@unifimes.edu.br, marilaine@unifimes.edu.br.

2 - Pós-Graduandas em Tecnologias Digitais na Educação, Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES. Mineiros/GO, 2024. Email: marilaine@unifimes.edu.br.

3 - Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU, 2014), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (FIMES/IBPEX, 2003), Especialista em Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES, 2021). Graduado em Ciência da Computação (UFU, 2000). Email: reuber@unifimes.edu.br.

Introdução

O ano de 2020 foi marcado por um evento inesperado e de proporções avassaladoras: a pandemia do COVID-19. Sua rápida disseminação pelo globo atingiu diversos países com severidade, incluindo o Brasil. As consequências foram sentidas em todos os âmbitos da sociedade, impactando drasticamente a vida das pessoas e paralisando diversas atividades. A educação não foi exceção: calendários escolares foram profundamente alterados e as atividades presenciais precisaram ser suspensas, exigindo rápidas adaptações para um novo cenário. As instituições de ensino superior (IES) foram lançadas em um mar de incertezas, obrigadas a repensar seus modelos pedagógicos, estruturas administrativas e relações com a comunidade acadêmica e externa (GUSSO *et al*, 2020).

Neste contexto, a UNIFIMES, como tantas outras IES, mergulhou em um processo de reflexão e adaptação. A compreensão dos impactos da pandemia na gestão acadêmica e administrativa da instituição se tornou crucial para navegar na tormenta e traçar estratégias eficazes para o futuro (OROFINO, 2021).

Antes da pandemia, a UNIFIMES, como a maioria das IES brasileiras, caminhava em um panorama educacional em constante transformação. As inovações tecnológicas, as demandas do mercado de trabalho em mutação e as crescentes expectativas dos alunos por experiências de aprendizagem mais personalizadas e engajadoras pressionavam por mudanças (GABRIEL, 2013; GUIMARÃES, 2017).

As instituições já demonstravam um compromisso com a modernização, investindo em plataformas digitais, aprimorando sua infraestrutura tecnológica e explorando novas metodologias de ensino. No entanto, a pandemia acelerou esse processo de forma abrupta e implacável (BACICH *et al*, 2015; GUSSO *et al*, 2020; OROFINO, 2021).

O surgimento da COVID-19 em março de 2020 representou um divisor de águas na história da educação. As medidas de distanciamento social exigiram o fechamento das escolas e Instituições de Ensino Superior, impulsionando a adoção em massa do ensino remoto emergencial por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (TARJA, 2018; ALENCAR *et al*, 2023; CARLOTA, 2023).

A pandemia do COVID-19 acelerou a transformação digital da educação, impulsionando a UNIFIMES a repensar seus modelos pedagógicos e estruturas administrativas. A instituição emergiu dessa experiência mais resiliente, inovadora e preparada para os desafios do futuro (GUSSO *et al*, 2020; GIL, 2023).

A implementação do ensino remoto emergencial na UNIFIMES não foi isenta de obstáculos. A instituição enfrentou desafios como a disparidade no acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos entre os alunos, as dificuldades de adaptação de alguns docentes às metodologias online e a sobrecarga de trabalho para todos os envolvidos.

No entanto, essa experiência também proporcionou valiosas lições. A UNIFIMES reconheceu a importância da flexibilidade, da agilidade e da colaboração para superar os desafios e garantir a continuidade do processo educacional. A instituição também identificou o potencial transformador das tecnologias digitais na educação, abrindo portas para novas possibilidades pedagógicas e modelos de ensino mais inovadores (OROFINO, 2021; FILATRO & PORTO, 2024).

Neste contexto, este estudo propôs analisar os impactos do uso de tecnologias digital na gestão pedagógica e administrativa da UNIFIMES procedentes da pandemia do COVID-19, explorando as mudanças, os desafios, as lições aprendidas e as perspectivas para o futuro.

Metodologia

Para compreender os impactos da pandemia na UNIFIMES de forma abrangente, este estudo adotou uma metodologia de pesquisa qualitativa envolvendo a análise de documentos oficiais como pareceres, resoluções, portarias e leis federais, estaduais e municipais, assim como da Instituição.

Resultados

No Quadro 1 encontram-se listados os principais documentos emitidos pelo Governo Federal e Ministério da Educação (MEC) os quais estabeleceram normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública decorrentes da pandemia do COVID-19.

Quadro 1. Lista dos principais documentos emitidos pelo Governo Federal e Ministério da Educação (MEC) (continua)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 , de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947 , de 16 de junho de 2009.
Lei nº 14.218 de 13 de outubro de 2021	Altera a Lei nº 14.040 , de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19 e suas consequências.
Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020	Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.
Parecer CNE/CP nº 6/2020, aprovado em 19 de maio de 2020	Guarda religiosa do sábado na pandemia da COVID-19.
Parecer CNE/CP nº 9/2020, aprovado em 8 de junho de 2020	Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

Quadro 1. Lista dos principais documentos emitidos pelo Governo Federal e Ministério da Educação (MEC) (continuação)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Parecer CNE/CP nº 10/2020, aprovado em 16 de junho de 2020	Prorrogação do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, em razão das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19.

Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020	Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.
Parecer CNE/CP nº 498/2020, aprovado em 6 de agosto de 2020	Prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).
Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020	Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Parecer CNE/CP nº 16/2020, aprovado em 9 de outubro de 2020	Reexame do item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia.
Parecer CNE/CP nº 19/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020	Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021	Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.
Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
Portaria MEC nº 345, de 19 de março de 2020	Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020.
Portaria MEC nº 356, de 20 de março de 2020	Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do COVID-19 (coronavírus).
Portaria MEC nº 374, de 03 de abril de 2020	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, exclusivamente para atuação nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus - COVID-19.

Portaria MEC nº 383, de 09 de abril de 2020	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - COVID-19.
Portaria MEC nº 395, de 15 de abril de 2020	Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.
Portaria MEC nº 473, de 12 de maio de 2020	Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.

Quadro 1. Lista dos principais documentos emitidos pelo Governo Federal e Ministério da Educação (MEC) (conclusão)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020	Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.
Portaria MEC nº 510, de 3 de junho de 2020	Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Portaria MEC nº 376, de 3 de abril de 2020.
Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.
Portaria MEC nº 572, de 1º de julho de 2020	Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.
Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020	Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Resolução CNE/CP nº 1, de 29 de dezembro de 2020	Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.

Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021	Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.
Resolução FNDE nº 38, de 22 de maio de 2020	Dispõe sobre a suspensão das parcelas, referente aos contratos de Financiamento Estudantil - Fies, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
Resolução FNDE nº 39, de 27 de julho de 2020	Dispõe sobre a suspensão das parcelas referentes aos contratos do Fundo de Financiamento estudantil - Fies, devido à pandemia do novo coronavírus - COVID -19, e dá outras providências.
Resolução CONAES nº 1, de 23 de abril de 2021	Prorroga a aplicação do ENADE às áreas previstas para avaliação em 2020.
Resolução CONAES nº 2, de 29 de junho de 2021	Prorroga a aplicação do Enade às áreas previstas para avaliação em 2021
Resolução CONAES nº 3, de 2 de dezembro de 2021	Ratifica a decisão do Colegiado de iniciar o 7º Ciclo Avaliativo do Enade no ano de 2023.
Protocolo de Biossegurança/MEC	Para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino

Fonte: Diário Oficial da União. 2024

No Quadro 2 encontram-se listados os principais documentos emitidos pelo Governo do Estado de Goiás sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19.

Quadro 2. Lista dos principais documentos emitidos pelo Governo do Estado de Goiás sobre ensino remoto na pandemia do COVID-19 (continua)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020	Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV).
Decreto nº 9.634, de 13 de março de 2020	Estabelece os procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás e seus servidores, em razão de pandemia do novo coronavírus (COVID-19).
Decreto nº 9.637, de 17 de março de 2020	Altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.
Decreto nº 9.638, de 20 de março de 2020	Altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020 e dá outras providências.

Decreto nº 9.644, de 26 de março de 2020	Altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.
Decretos legislativos nº 501, 502 e 503 de 25 de março de 2020	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado de Goiás, encaminhada por meio do Ofício Mensagem nº 98, de 23 de março de 2020.
Decreto nº 9.645, de 03 de abril de 2020	Altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.
Decreto nº 9.647, de 06 de abril de 2020	Cria o Comitê Estadual Socioeconômico de Enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19 no Estado de Goiás.
Decreto nº 9.649, de 13 de abril de 2020	Institui o Plano de Contingenciamento de Gastos para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19.
Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020	Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19.
Decreto nº 9.654, de 23 de abril de 2020	Dispõe sobre a utilização de benefícios fiscais nos termos em que especifica.
Decreto nº 9.656, de 24 de abril de 2020	Altera o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, o qual dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19.
Lei nº 20.771, de 06 de maio de 2020	Permite aos municípios o uso de recursos repassados pelo Estado de Goiás, por emendas parlamentares, em ações de combate ao COVID-19.
Decreto nº 9.669, de 28 de maio de 2020	Altera o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, o qual dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19.
Decreto nº 9.677, de 18 de junho de 2020	Altera o decreto nº 9.649, de 13 de abril de 2020, que institui o Plano de Contingenciamento de Gastos para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19.
Decreto nº 9.685, de 29 de junho de 2020	Altera o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19.
Decreto nº 9.687, de 1º de julho de 2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos de processos administrativos no âmbito da administração direta e indireta do Estado de Goiás, nos termos que especifica.

Quadro 2. Lista dos principais documentos emitidos pelo Governo do Estado de Goiás

sobre ensino remoto na pandemia do COVID-19 (continuação)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Decreto nº 9.691, de 8 de julho de 2020	Declara, no âmbito do território estadual, estado de calamidade pública, em razão dos impactos socioeconômicos, financeiros e no sistema de saúde público decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19).
Decreto nº 9.692, de 13 de julho de 2020	Altera o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19.
Lei nº 20.821, de 04 de agosto de 2020	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências (LDO 2021) – Estabelecendo que as prioridades do governo permanecem sendo a saúde e educação, e com possibilidade de adequações em razão dos impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus.
Decreto nº 9.711, de 10 de setembro de 2020	Prorroga por mais 120 (cento e vinte) dias a situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, de que trata o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020.
Decreto nº 9.751, de 30 de novembro de 2020	Determina a volta do servidor público estadual ao trabalho presencial não se aplicando aos funcionários com 60 anos ou mais; com imunodeficiências ou com doenças preexistentes crônicas ou graves; gestantes e lactantes com filhos de até 12 meses.
Decreto nº 9.770, de 22 de dezembro de 2020	Governo de Goiás determina que servidores públicos podem atuar em escalas semanais de trabalho presencial e remoto. Grupos de risco continuam em teletrabalho integral, demais servidores devem seguir as diretrizes definidas por cada pasta, de acordo com suas necessidades.
Decreto nº 9.778, de 07 de janeiro de 2021	Prorroga até 30 de junho de 2021 a situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, de que trata o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020.
Decreto nº 9.819, de 27 de fevereiro de 2021	Altera o Decreto nº 9.751, de 30 de novembro de 2020, para estabelecer o regime de teletrabalho em suas unidades administrativas durante a situação de emergência em saúde pública em Goiás nas entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Decreto nº 9.828, de 16 de março de 2021	Dispõe sobre a retomada do revezamento das atividades econômicas no Estado de Goiás que se inicia com 14 dias de suspensão seguidos por 14 dias de funcionamento, sucessivamente.
Decreto nº 9.848, de 13 de abril de 2021	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no Estado de Goiás em razão da disseminação do novo coronavírus.
Decreto nº 9.907, de 14 de julho de 2021	Altera o Decreto nº 9.751, de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre as medidas de gestão de pessoas do Poder Executivo do Estado de Goiás durante a situação de emergência em saúde pública.

Fonte: Governo do Estado de Goiás. 2024.

Quadro 2. Lista dos principais documentos emitidos pelo Governo do Estado de Goiás sobre ensino remoto na pandemia do COVID-19 (conclusão)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Decreto nº 9.914, de 29 de julho de 2021	Altera o Decreto nº 9.751 , de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre as medidas de gestão de pessoas do Poder Executivo do Estado de Goiás durante a situação de emergência em saúde pública.
Decreto nº 9.960, de 1 de outubro de 2021	Prorroga a situação de emergência na saúde pública decorrente da disseminação do novo coronavírus (COVID-19).
Decreto nº 10.050, de 11 de fevereiro de 2022	Altera o Decreto nº 9.751 , de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre as medidas de gestão de pessoas do Poder Executivo do Estado de Goiás durante a situação de emergência em saúde pública.
Decreto nº 10.079, de 11 de fevereiro de 2022	Altera o Decreto nº 9.960 , de 30 de setembro de 2021, que prorroga a situação de emergência na saúde pública decorrente da disseminação do novo coronavírus (COVID-19).
Protocolo de Biossegurança/SES/GO	Para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás

Fonte: Governo do Estado de Goiás. 2024.

No Quadro 3 encontram-se listados os principais documentos emitidos pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás (CEE/GO) sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19.

Quadro 3. Lista dos principais documentos emitidos pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás (CEE/GO) sobre ensino remoto na pandemia do COVID-19 (continua)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Resolução CEE/CP nº 02/2020, de 17 de março de 2020	Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19.
Resolução CEE/CP nº 03/2020, de 20 de março de 2020	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau e emissão de certificados de conclusão do Curso de Medicina da FESURV – Universidade de Rio Verde, Campus Rio Verde e Aparecida de Goiânia
Resolução CEE/CP nº 04/2020, de 25 de março de 2020	Altera a Resolução CEE/CP N. 02/2020 que dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19.
Resolução CEE/CP nº 05/2020, de 01 de abril de 2020	Altera a Resolução CEE/CP N. 02/2020 que dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19.

Fonte: Governo do Estado de Goiás. 2024.

Quadro 3. Lista dos principais documentos emitidos pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás (CEE/GO) sobre ensino remoto na pandemia do COVID-19 (continuação)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Resolução CEE/CP nº 06/2020, de 04 de abril de 2020	Estabelece normas excepcionais para a abreviação da conclusão de cursos para alunos de graduação em Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, nos termos e duração da Medida Provisória n. 934/2020, e autoriza as Instituições de Ensino Superior do Sistema Educativo de Goiás a computarem como horas de estágio acadêmico as atividades realizadas no âmbito da Ação Estratégica “Brasil Conta Comigo” desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.
Resolução CEE/CP nº 07/2020, de 24 de abril de 2020	Estabelece normas referentes a estágio e atividades técnicas presenciais para a conclusão de cursos de graduação no primeiro semestre de 2020 dentro do Sistema Educativo do Estado de Goiás.
Resolução CEE/CP nº 08/2020, de 24 de abril de 2020	Altera a Resolução CEE/CP N. 02/2020 que dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19
Resolução CEE/CP nº 09/2020, de 30 de maio de 2020	Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais e sobre o período de férias no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19.
Resolução CEE/CP nº 11/2020, de 30 de junho de 2020	Estabelece o mês de julho como período de férias escolares no Sistema Educativo do Estado de Goiás no ano letivo de 2020.
Resolução CEE/CP nº 12/2020, de 30 de junho de 2020	Dispõe sobre o prazo máximo, durante o ano de 2020, para autuação de processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino do Sistema Educativo do Estado de Goiás, bem como para autuação de processos de autorização e renovação de autorização de oferta de cursos e/ou funcionamento de etapas e modalidades da Educação.
Resolução CEE/CP nº 13/2020, de 28 de junho de 2020	Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19.
Resolução CEE/CP nº 14/2020, de 07 de agosto de 2020	Estabelece normas para a oferta do Regime Especial de Aulas não Presenciais - REANP no Sistema Estadual de Educação Superior no semestre letivo - 2020/2.
Resolução CEE/CP nº 16/2020, de 26 de agosto de 2020	Dispõe sobre a autorização para realização de visitas in loco em unidades de ensino do Sistema Educativo do Estado de Goiás no período de Regime de Aulas Não Presenciais e dá outras providências.
Resolução CEE/CP nº 18/2020, de 06 de novembro de 2020	Autoriza as instituições do Sistema Educativo do Estado de Goiás a adotarem o regime especial de aulas não presenciais e dá outras providências.

Resolução CEE/CP nº 19/2020, de 20 de novembro de 2020	Dispõe sobre o prazo máximo para atuação de processos de credenciamento de instituições de ensino do Sistema Educativo do Estado de Goiás, processos de renovação de reconhecimento de cursos, bem como de renovação de autorização de oferta de cursos e/ou funcionamento de etapas e modalidades da Educação.
Resolução CEE/CP nº 20/2020, de 04 de dezembro de 2020	Dispõe sobre o encerramento do ano letivo de 2020.

Fonte: Governo do Estado de Goiás. 2024.

Quadro 3. Lista dos principais documentos emitidos pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás (CEE/GO) sobre ensino remoto na pandemia do COVID-19 (conclusão)

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Resolução CEE/CP nº 01/2021, de 19 de março de 2021	Dispõe sobre a antecipação da colação de grau e emissão dos diplomas de Medicina da FESURV – Universidade de Rio Verde, Campus Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Goianésia.
Resolução CEE/CP nº 02/2021, de 14 de maio de 2021	Estabelece orientações de tramitação processual para credenciamento e credenciamento de instituições públicas estaduais para oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores de Tecnologia e/ou autorização ou renovação de autorização de Cursos de habilitação técnica de Nível Médio nas formas integrada, concomitante ou subsequente, bem como para o 5º Itinerário formativo do ensino médio, no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás e dá outras providências.
Resolução CEE/CP nº 04/2021, de 01 de julho de 2021	Dispõe sobre o prazo legal para atuação de processos de credenciamento de instituições de ensino do Sistema Educativo do Estado de Goiás, processos de renovação de reconhecimento de cursos, bem como de renovação de autorização de oferta de cursos e/ou funcionamento de etapas e modalidades da Educação.
Resolução CEE/CP nº 05/2021, de 27 de agosto de 2021	Dispõe sobre a dispensa da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, durante o ano letivo de 2021, no âmbito das instituições de educação superior jurisdicionadas ao Sistema Educativo do Estado de Goiás.
Resolução CEE/CP nº 01/2022, de 24 de janeiro de 2022	Dispõe sobre autorização excepcional do Regime Especial de Aulas não Presenciais como medida preventiva à disseminação da COVID-19, no âmbito das instituições de ensino jurisdicionadas ao Sistema Educativo do Estado de Goiás.
Resolução CEE/CP nº 02/2022, de 28 de janeiro de 2022	Dispõe sobre a oferta de carga horária e regulamentação dos processos de ensino/aprendizagem presenciais mediados por tecnologias em aulas remotas síncronas para o ensino em cursos presenciais técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Conselho Estadual de Educação.

Fonte: Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás. 2024

No Quadro 4 encontram-se listados os principais documentos emitidos pela Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES) e pelo Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) sobre o regime especial de aulas não presenciais durante a pandemia do COVID-19.

Quadro 4. listados os principais documentos emitidos pela Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES) e pelo Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) sobre o regime especial de aulas não presenciais durante a pandemia do COVID-19

TIPO DE DOCUMENTO	ASSUNTO
Portaria nº 13-2020 - Reitoria	Nomeia membros para compor comitê interno - COVID-19
Portaria nº 14-2020 - Direção Geral	Suspensão de contratos temporários de docentes
Portaria nº 14-2020 - Reitoria	Regulamenta o funcionamento do Campus de Trindade-GO
Decreto Fundacional nº 266-2021	Prorroga a lei 1982-2021
Portaria nº 10-2021 - Direção Geral	Altera medidas diante da COVID 19
Portaria nº 01-2021 - Reitoria	Dispõe sobre o retorno das aulas
Portaria nº 02-2021 - Reitoria	Altera artigo da portaria 01-2021
Portaria nº 06-2021 - Reitoria	Reestruturação comitê interno COVID-19
Portaria nº 15-2021 - Direção Geral	Suspende contratos temporários de docentes substitutos
Portaria nº 22-2021 - Direção Geral	Reajuste de mensalidades
Portaria DG22-21 - Direção Geral	Valores de mensalidades
Portaria nº 025-2021 - Reitoria	Dispõe sobre o retorno das aulas presenciais no 2º semestre de 2021
Portaria nº 01-2021 - Reitoria	Dispõe sobre o retorno das aulas presenciais no 2º semestre de 2021: Anexo I
Portaria nº 09-2022 - Reitoria	Revogação do uso obrigatório de máscara e do escalonamento de funcionários
Portaria nº 10-2022 - Reitoria	Estende os termos da Portaria nº09 à unidade de Trindade
Portaria nº 12-2022 - Reitoria	Revogação comitê COVID-19
Portaria nº 004-2022 - Reitoria	Retorno as aulas
Protocolo de Biossegurança/UNIFIMES	Para retorno das atividades em 2022

Fonte: Gabinete da Reitoria, UNIFIMES. 2024

Discussão

Gestão Acadêmica

A pandemia do COVID-19 gerou um choque sem precedentes na gestão acadêmica da UNIFIMES, exigindo uma rápida migração para o ensino remoto e a implementação de novas metodologias de ensino e aprendizagem.

Ensino Remoto

a) Migração para Plataformas Digitais: A UNIFIMES precisou migrar rapidamente suas aulas presenciais para plataformas digitais e ferramentas de videoconferência. A

instituição também precisou investir na capacitação dos professores para o uso dessas ferramentas e na criação de materiais didáticos adequados para o ensino remoto.

b) Novas Metodologias de Ensino: A Instituição precisou adaptar suas metodologias de ensino para o formato remoto, utilizando recursos como aulas online ao vivo e gravadas, atividades interativas, fóruns de discussão e grupos de estudo. A instituição também precisou investir na formação dos professores para o uso de metodologias ativas e na promoção da autonomia dos alunos.

c) Inclusão Digital: A IES precisou ampliar o acesso à internet e à tecnologia para os alunos que não dispunham desses recursos, a fim de garantir a inclusão digital e evitar a exclusão social. A instituição também precisou oferecer suporte técnico aos alunos e professores para auxiliar no uso das ferramentas digitais.

Ferramentas Digitais Implementadas

a) Plataformas de Comunicação e Colaboração: Ferramentas como Sistema Integrado de Ensino (SEI), Microsoft Teams, Google, Zoom e WhatsApp foram utilizadas para comunicação interna, compartilhamento de arquivos, realização de reuniões online e colaboração em projetos entre os funcionários.

b) Assinatura Digital: A assinatura digital foi implementada para assinaturas eletrônicas de documentos, agilizando processos e reduzindo o uso de papel.

c) Atendimento Online: Cada departamento criou ou implementou o portal de atendimento online para que os alunos, servidores e comunidade externa pudessem tirar dúvidas, solicitar serviços e acompanhar a solicitação.

d) Vestibulares e matrículas: Formas alternativas de seleção de novos alunos foram utilizadas como a apresentação de notas do *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)* e notas do histórico escolar do ensino médio. Sendo o processo de seleção de novos alunos todo de forma on-line, assim como a matrícula.

e) Ensino Remoto: Plataformas de ensino online, como Sistema Integrado de Ensino (SEI), Microsoft Teams, Google e Zoom foram utilizadas para oferecer aulas, atividades e avaliações aos alunos de forma remota.

f) Processos Seletivos Simplificados para Professores Substitutos: Ferramentas digitais foram amplamente utilizadas para que as inscrições e a prova de aptidão didática pudessem ser realizadas todas de forma on-line. Assim como o processo de contratação dos candidatos aprovados.

Desafios e Aprendizados

a) Acesso à Internet e Equipamentos: A UNIFIMES precisou garantir o acesso à internet e equipamentos adequados para todos os funcionários e alunos, o que exigiu investimentos em infraestrutura.

b) Segurança da Informação: A Instituição precisou implementar medidas robustas de segurança da informação para proteger dados confidenciais e evitar ataques cibernéticos.

c) Capacitação dos Funcionários e Alunos: A IES investiu na capacitação de funcionários e alunos para o uso das ferramentas digitais, garantindo que todos pudessem se adaptar à nova realidade.

d) Mudança de Cultura Organizacional: A adoção de ferramentas digitais exigiu uma mudança na cultura organizacional, com maior foco na flexibilidade, na comunicação online e no trabalho remoto.

Benefícios da Transformação Digital

- a) Agilidade e Eficiência:** As ferramentas digitais automatizaram tarefas repetitivas, otimizaram processos e reduziram o tempo de espera para os usuários.
- b) Acesso à Informação:** As plataformas digitais facilitaram o acesso à informação e aos serviços para os alunos e funcionários, mesmo à distância.
- c) Trabalho Remoto:** As ferramentas de comunicação e colaboração online permitiram que os funcionários trabalhassem remotamente, garantindo a produtividade e a segurança.
- d) Redução de Custos:** A digitalização dos serviços administrativos gerou economias significativas com materiais de escritório, deslocamentos e aluguel de espaço físico.
- e) Melhoria na Comunicação:** As ferramentas digitais facilitaram a comunicação interna e externa, promovendo a transparência e a colaboração.
- f) Tomada de Decisões Baseada em Dados:** A análise de dados coletados pelas ferramentas digitais permitiu uma tomada de decisões mais assertiva e estratégica.

Gestão Administrativa

A pandemia gerou uma série de desafios complexos para a gestão administrativa da UNIFIMES, exigindo medidas imediatas e soluções criativas para garantir a saúde e a segurança da comunidade acadêmica, o funcionamento das atividades administrativas e a sustentabilidade financeira da instituição.

Saúde e Segurança

- a) Protocolos de Biossegurança:** A UNIFIMES precisou implementar protocolos rígidos de higiene e distanciamento social em todos os ambientes da instituição, incluindo salas de aula, laboratórios, bibliotecas, e áreas administrativas. A instituição também forneceu equipamentos de proteção individual (EPIs) para funcionários e alunos, intensificou a limpeza e higienização dos espaços físicos e adotou medidas de controle de acesso e monitoramento da saúde da comunidade.
- b) Adaptação da Infraestrutura:** Os espaços físicos da Instituição precisaram ser adaptados para atender às novas normas de segurança, com a readequação de salas de aula, a instalação de divisórias de acrílico, a sinalização de áreas de distanciamento e a implementação de sistemas de ventilação mecânica.
- c) Suporte à Saúde Mental:** A pandemia gerou um impacto significativo na saúde mental da comunidade acadêmica, com o aumento de casos de ansiedade, estresse e depressão. A IES ampliou seus serviços de apoio psicológico, oferecendo atendimento individual e em grupo, workshops e palestras sobre saúde mental e bem-estar.

Funcionamento das Atividades Administrativas

- a) Trabalho remoto:** A UNIFIMES adotou o regime de trabalho remoto para a maioria dos funcionários administrativos, o que exigiu a implementação de novas ferramentas tecnológicas e a revisão de processos de trabalho. A instituição também precisou investir na capacitação dos funcionários para o uso das ferramentas digitais e na garantia da segurança da informação.
- b) Serviços Digitais:** A Instituição ampliou a oferta de serviços digitais para facilitar o acesso dos alunos e da comunidade aos serviços administrativos da instituição. A instituição aprimorou seu portal online, disponibilizou novos canais de atendimento virtual e implementou ferramentas de autoatendimento.
- c) Comunicação Interna:** A comunicação interna da IES precisou ser intensificada

durante a pandemia para manter a comunidade informada sobre as medidas de segurança, as mudanças nas atividades administrativas e o andamento da pandemia. A instituição utilizou diversos canais de comunicação, como e-mail, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e boletins informativos.

Sustentabilidade Financeira

a) Redução da Receita: A pandemia gerou uma redução significativa na receita da UNIFIMES, com a evasão de alunos, a suspensão de eventos e a diminuição da demanda por serviços adicionais. A instituição precisou adotar medidas de contenção de gastos, como a suspensão de investimentos.

Considerações finais

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo na UNIFIMES, tanto na gestão acadêmica quanto na administrativa. A instituição precisou se adaptar rapidamente a um novo cenário, implementando medidas para garantir a continuidade do ensino e a segurança de sua comunidade. Diante dos desafios, a UNIFIMES aprendeu e se adaptou. A instituição se comprometeu com a oferta de um ensino de qualidade, com a promoção da saúde mental da comunidade acadêmica e com um atendimento de excelência para o público externo.

Referências

ALENCAR, Clea M. M. *et all.* **Pandemia e os efeitos na educação superior: os desafios para a utilização das tics no contexto do ensino a distância.** Revista Contemporânea, v. 5, n. 1 | e-ISSN: 2675-2107. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/contemporanea/article/view/2259/1065>. Acesso em: 04 mai. 2024.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo T.; TREVISANI, Fernando M. **Ensino híbrido.** Porto Alegre: Grupo A, 2015. *E-book*. ISBN 9788584290499. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290499/>. Acesso em: 04 mai. 2024.

CARLOTA, Boto. **Cultura digital e educação.** São Paulo: Editora Contexto, 2023. *E-book*. ISBN 9786555412734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555412734/>. Acesso em: 04 mai. 2024.

FILATRO, Andréa; PORTO, Stella. **Transformação digital na educação: guia rápido para líderes e gestores.** São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. *E-book*. ISBN 9788571442467. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571442467/>. Acesso em: 11 mai. 2024.

GABRIEL, Martha Carrer C. **Educar: A (r)evolução digital na educação. 1ª Edição.** São Paulo: SRV Editora LTDA, 2013. *E-book*. ISBN 9788502204881. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204881/>. Acesso em: 11 mai. 2024.

GIL, Antonio C. **Metodologia do Ensino Superior: Presencial, a Distância e Híbrido.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. *E-book*. ISBN 9786559773114. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773114/>. Acesso em: 18 mai. 2024.

GUIMARÃES, Joelma. **Gestão educacional.** Porto Alegre: Grupo A, 2017. *E-book*. ISBN 9788595020610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020610/>. Acesso em: 18 mai. 2024.

GUSSO, Hélder L. *et all.* **Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária.** Educ. Soc., Campinas, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtfr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2024.

OROFINO, Maria A. **Liderança Para A Inovação: Como Aprender, Adaptar e Conduzir a Transformação Cultural Nas Organizações.** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. *E-book*. ISBN 9786555205534. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555205534/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SOARES, Cristina. **Metodologias ativas: uma nova experiência de aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 2021. *E-book*. ISBN 9786555550641. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555550641/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

TARJA, Sanmya F. **Informática na Educação - O Uso de Tecnologias Digitais na Aplicação das Metodologias Ativas.** São Paulo: SRV Editora LTDA, 2018. *E-book*. ISBN 9788536530246. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530246/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

Recebido em: 04 de agosto de 2024.

Aceito em: 24 de outubro de 2024.